



Gestante e empregada que sofreu aborto espontâneo receberão indenização por ócio forçado



Ministra Maria Helena Mallmann

Em duas decisões recentes, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho examinou casos em que trabalhadoras foram colocadas em situação de ócio forçado. O primeiro trata de uma vigilante que deixou de ser escalada para prestar serviços durante a gravidez. O outro envolve uma bancária que, após sofrer aborto espontâneo, deixou de receber metas e de ser cobrada, até ser dispensada.

Fora da escala

A vigilante patrimonial era empregada da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança, de Belo Horizonte (MG), que pagará R\$ 20 mil de indenização. Ela disse, na reclamação trabalhista, que fora contratada em 2013 e prestava serviços em eventos futebolísticos no Estádio do Mineirão, em média, uma vez por semana.

Na época do ajuizamento da ação, em março de 2017, contou que estava grávida e que a empresa tinha deixado de designá-la para trabalhar nos eventos. Como recebia por evento realizado, pediu a rescisão indireta do contrato de emprego, com todas as vantagens inerentes à estabilidade da gestante, além de indenização, em razão do assédio moral sofrido.

Remanejamento

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) declarou a rescisão indireta, uma vez que a Prosegur poderia ter remanejado a empregada para outro cargo ou função, a fim de garantir a continuidade da prestação do serviço e o pagamento do salário. Contudo, rejeitou o pedido de indenização. A sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG).

Ócio forçado

A relatora do recurso de revista da profissional, ministra Maria Helena Mallmann, destacou que, apesar de a Prosegur ter cerca de 280 empregados só em Belo Horizonte, a vigilante fora privada de exercer suas funções e de receber salário, em vez de ter sido aproveitada para atuar em outro cargo ou função. Ainda de acordo com a relatora, a gestante, ao ter sido afastada das suas atividades e submetida a ócio forçado, foi “atingida frontalmente na integridade de seu patrimônio imaterial, uma vez que se vê inutilizada, desprezada e desvalorizada”.

Aborto espontâneo

No segundo caso, a bancária, de Curitiba (PR), disse que, em 2011, sofrera um aborto espontâneo com dez semanas de gestação e, ao voltar da licença médica, o gerente passou a tratá-la com indiferença, sem passar-lhe metas nem cobrar trabalho, além de excluí-la da festa

de fim de ano dos funcionários. Ela já tinha tido episódio semelhante de gravidez interrompida no início de 2011, e disse que sempre havia deixado claro à chefia sua intenção de persistir na tentativa de engravidar.

O banco, em sua defesa, negou que a empregada tenha sido humilhada ou desrespeitada e sustentou que ela estava fragilizada em razão da interrupção da gravidez. Por isso, fora tratada “com máximo respeito e cuidado”, sem cobrança de metas, para que não causasse abalo ou dano.

Redução

O Bradesco foi condenado a indenizar a bancária em R\$ 79 mil pelo juízo da 21ª Vara do Trabalho de Curitiba, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), embora tenha concordado com assédio moral, reduziu o valor para R\$ 5 mil. No recurso ao TST, ela argumentou que o valor não chegava a dois meses de salário e era insuficiente para compensar sua dor moral.

Conduta ilícita

Na avaliação da ministra Maria Helena Mallmann, a conduta do banco foi “flagrantemente ilícita”, por impor à bancária situação de desvalorização profissional após retornar de licença médica. A ministra explicou que, em caso de ociosidade forçada, levando em conta a extensão do dano, o grau de culpa do empregador, o efeito pedagógico da sanção e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o valor de R\$ 50 mil de indenização se mostrava mais razoável.

As decisões foram unânimes. (LF, RR/CF. Processos: RR-10349-57.2017.5.03.0002 e RR-1179-15.2013.5.09.0041

FONTE: TST

VIGILANTES INTERFORT: ABSURDO: EMPRESA CONFESSA QUE CONTRATA VIGILANTES COMO “BICO” NO BB E NA CAIXA

O enfrentamento das irregularidades praticadas pela Interfort ou Interfraca, o desrespeito, a desumanidade e, principalmente o combate a contratação de colegas de forma precária como intermitentes ou horistas , além da promessa de acabar com parte disso (intermitente), rende revelações.

Na audiência realizada na semana passada (08 de junho) representantes da empresa Interfort presentes, admitiram diante de representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica que contrata Vigilantes para fazer “bico” nas agências dos bancos contratantes. Este, imaginamos, contrata uma empresa para empregar Vigilantes inteiros, com a responsabilidade para cuidar da vida de funcionários e clientes. Mas a empresa engana o trabalhador (que só descobre tempos depois

a sua condição de horista ou intermitente) utilizando-os nas agencias como “biqueiros”.

Pensem no tamanho do absurdo e da irresponsabilidade.

São revelações decorrente do combate e denúncias que a categoria e o Sindicato realizam contra quem maltrata o trabalhador, com emprego precário e sonegação de benefícios (alimentação, cesta, etc.).

Fique atento e participe da luta.

Nosso trabalho é de risco. Na nossa profissão e na nossa vida não há lugar para bico. Não existe meio Vigilante. Ou é interior ou não é.

BB e Caixa, como sempre, são corresponsáveis com este absurdo e omissos.

BICO NÃO!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

PAGAMENTO DE PROCESSO GUARDIÕES/BB: FECHANDO A SEMANA COM MAIS 200 MIL PARA O BOLSO DE 6 VIGILANTES

Na frente de lutas para defender os direitos dos Vigilantes contra patrões caloteiros e quebrões através dos processos judiciais, chegamos ao final da semana e a sexta-feira com a finalização dos cheques para seis novos colegas de um dos processos do Sindicato, representando os Vigilantes, contra os quebrões da Guardiões e o contratante Banco do Brasil. A partir de segunda-feira, dia 13, estes Vigilantes já tem acesso a sua conquista, ao seu cheque.

Esta luta foi encaminhada através de um processo do Sindicato em 2014. Ao final a empresa foi condenada, juntamente com o Banco contratante e conivente.

Todos os colegas são do interior (Candido Sales, Itororó e Vitoria da Conquista).

Confira, ao final, o numero do processo, seu nome e fale com o seu Sindicato (71 3525 6520, 71

98814 0558 – Djalma, 71 98814 0565 – Dermeval, 98814 0559 – Almir). Tenha em mãos originais e copias dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de Residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato Guardiões).

É luta.

É conquista para quem tem fé na luta!

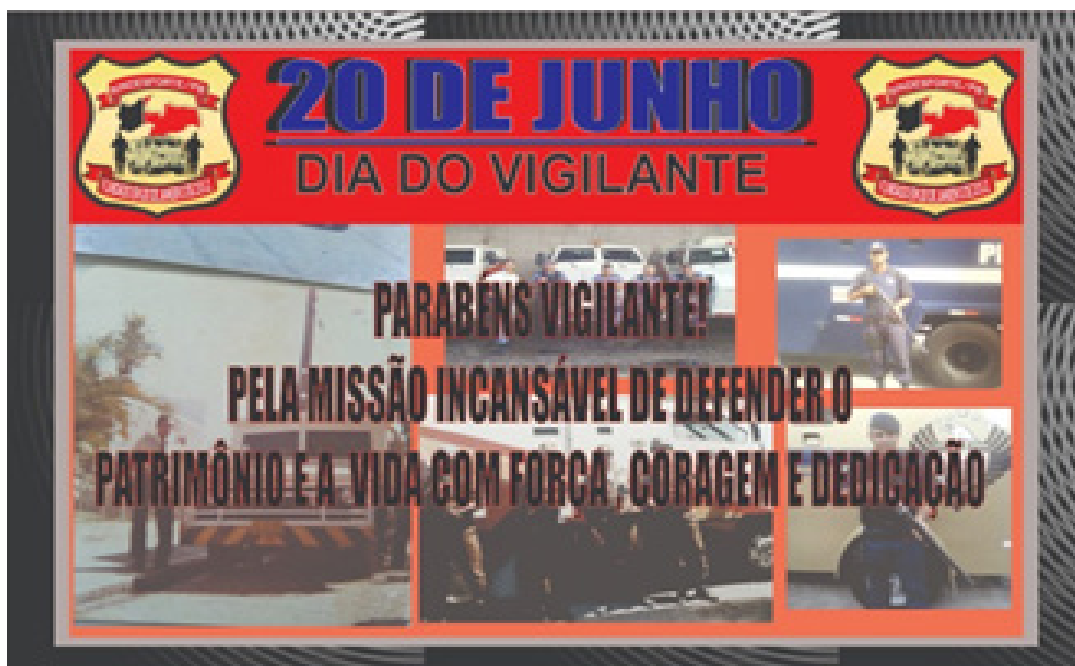
Parabéns!

PROCESSO 408.2014.20ª

SINDVIGILANTES/BA X GUARDIÕES/BB

- CARLOS ALBERTO PEREIRA REIS
- EDILSON NASCIMENTO DE JESUS
- ELISSANDRO CORREIA SILVA
- GILSON PEREIRA DO VALE LOPES
- JORGE FIGUEIREDO DOS SANTOS
- JOSE CUSTODIO PEREIRA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA



DISTRITO FEDERAL

Em reunião, secretária de saúde promete punir empresas que atrasam o pagamento dos vigilantes e demais terceirizados



Diante dos constantes atrasos no pagamento dos salários e demais benefícios dos vigilantes e demais terceirizados que prestam serviço em hospitais e demais unidades de saúde do DF, com a intermediação do deputado Distrital Chico Vigilante, os presidentes do Sindicato dos Vigilantes do DF e do SINDSERVIÇOS se reuniram,

dia 15/06, quarta-feira com a Secretária de Saúde do DF, Lucilene Maria Florêncio de Queiroz.

Paulo Quadros, presidente do SINDESV-DF e Maria Isabel Caetano, presidenta do SINDSERVIÇOS expuseram para a Secretária de Saúde recém empossada a situação

insustentável diante do atraso do pagamento de salários e benefícios e que se repetem todos os meses, obrigando as entidades a paralisarem atividades, além de denúncias para que os trabalhadores recebam seus pagamentos.

Na reunião estavam presentes o deputado Chico Vigilante, Paulo Quadros, Isabel Caetano, diretores dos dois sindicatos e equipe técnica da Secretaria de Saúde do DF.

A equipe técnica da Secretaria de Saúde esclareceu que tem mantido o pagamento das parcelas contratuais com as empresas em dia. Também esclareceu que, se há falta de atualização nos repasses referentes às repactuações, deve-se especialmente as empresas que estão inadimplentes com documentos comprobatórios exigidos pela legislação tributária.

Também foram enfáticos ao esclarecer que as empresas são obrigadas a garantir os vencimentos dos seus empregados em dia, mesmo que as parcelas contratuais estejam atrasadas por até três meses.

A secretária de Saúde se comprometeu com o parlamentar e os sindicalistas que vai fiscalizar e punir com rigor as empresas prestadoras de serviços que não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e com a pontualidade no pagamento dos seus empregados.

Edital de licitação

Na última parte da reunião, a equipe da Secretaria de Saúde informou que os dez lotes do edital de licitação, para a contratação das empresas prestadoras de serviços, estão na fase de análise minuciosa das propostas que atenderam aos requisitos e até meados de agosto deste ano estará definido.

Por fim, o deputado Chico Vigilante fortaleceu a importância e rigor da utilização da Lei da Conta Vinculada (Lei Distrital 4.636/2011 de sua autoria), que assegura o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), o 13º salário, as férias e as verbas rescisórias das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.

FONTE: SINDESV-DF

NITEROI/RJ



Sindsegur notifica SEEC e Sesap sobre atraso de salário dos vigilantes da Neutron




Na manhã desta quarta-feira, 15 de junho, os diretores Márcio Lucena e Josenilson do nascimento notificaram Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual de Educação sobre o atraso do salário do mês de maio dos vigilantes da Neutron.

Nossa entidade está atenta e vai continuar cobrando da empresa até que a mesma quite os débitos com os trabalhadores.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsegur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

FONTE: sindsegur

PIAUÍ



20/06 DIA DO(A) VIGILANTE

PARABÉNS A TODOS OS PROFISSIONAIS QUE EXERCEM ESSA PROFISSÃO ÁRDUA COM MUITA CORAGEM, DEFENDENDO PATRIMÔNIOS E A SOCIEDADE.

A DIRETORIA DO SINDVIGILANTES-PI.



UMA HOMENAGEM DO SINDICATO DOS VIGILANTES DO ESTADO DO PIAUÍ

Brigadas Digitais da CUT são instrumentos de luta por direitos dos trabalhadores

Ao contrário do que foi publicado no site Metrôpoles, objetivo das brigadas é melhorar a comunicação entre a Central e a sua base, seja ela a formada por dirigentes, militantes ou simpatizantes



Tendo em vista a matéria publicada no dia de hoje, 15 de junho de 2022, no site Metrôpoles, sob o título “CUT cria brigadas digitais no WhatsApp para enviar material pró-Lula”, a Central Única dos Trabalhadores tem a informar o seguinte:

1 – O projeto Brigadas Digitais da CUT é uma ferramenta que vem sendo desenvolvida e aperfeiçoada desde 2018, com o objetivo de modernizar e agilizar a comunicação da Central com os milhares de dirigentes, militantes e assessores que fazem parte das entidades filiadas e das respectivas instâncias organizativas (CUTs estaduais, Ramos, Confederações, sindicatos e associações).

2 – Todos os integrantes das Brigadas Digitais são pessoas físicas que se inscreveram e se cadastraram voluntariamente na ferramenta e deram consentimento para receber tudo que é produzido pelo setor de comunicação da CUT porque querem, espontaneamente, conhecer e divulgar as ações desenvolvidas pela Central em prol dos trabalhadores/as, denunciar as políticas e propostas que prejudicaram e/ou vão prejudicar a classe trabalhadora, pressionar de forma legítima e cidadã os poderes constituídos e as organizações patronais para defender os interesses de toda classe trabalhadora, urbana e rural.

3 – A CUT não fez, não faz e não vai fazer propaganda político partidária. A CUT historicamente sempre se posicionou nos processos eleitorais, mas nunca pediu, não pede e não vai pedir voto para qualquer candidato. A CUT não propagou, não propaga e não vai propagar notícias sem veracidade

ou comprovação. As Brigadas são também um instrumento para que possamos combater, junto às nossas bases sindicais, a disseminação das mentiras, calúnias e o ódio que tomou conta das redes sociais a partir de 2018.

4 – Assim como mantém contratos com jornalistas, advogados, economistas e vários outros especialistas em suas respectivas áreas, a CUT conta com assessoria especializada na gestão de redes sociais e comunidades digitais, para ajudar a otimizar o uso dessas ferramentas junto ao nosso público, devidamente adequada às legislações em vigor. Essa assessoria especializada em nada difere das inúmeras empresas do mercado que prestam serviços a empresas, órgãos públicos e personalidades.

5 – A CUT reafirma a sua autonomia frente aos partidos políticos, de qualquer espectro ideológico e sua total independência frente ao Estado, aos governos e às organizações patronais. Essa é uma determinação aprovada no congresso de fundação da CUT em 1983 e se constitui em uma das cláusulas pétreas do nosso estatuto.

Por isso, repelimos toda e qualquer insinuação de ingerência externa nas nossas instâncias de decisão ou em nossos meios de comunicação.

6 – A CUT, assim como qualquer outra organização da sociedade civil organizada, reitera o direito de manter seus canais de comunicação com seus dirigentes, assessores, militantes e simpatizantes, para que eles acompanhem as atividades da Central, lutas, mobilizações e posicionamentos políticos frente aos assuntos que interessam a classe trabalhadora, direito esse garantido pela Constituição Federal.

Executiva Nacional da CUT

FONTE: CUT

Bancários entregam pauta de reivindicações aos bancos e definem agenda de negociações

Negociações começam na próxima quarta-feira (22)



Reivindicações dos bancários já estão com os bancos

Os bancários entregaram nesta quarta-feira (15) a minuta com as reivindicações da Campanha Nacional Unificada 2022 para a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). A primeira rodada de negociação com os bancos já vai acontecer na próxima quarta-feira (22). A data-base da categoria é 1º de setembro.

A pauta de reivindicações foi definida no último final de semana na 24ª Conferência Nacional dos Bancários e aprovada em assembleias realizadas por sindicatos de todo o país nesta segunda e terça-feira (13 e 14).

Entre as principais reivindicações estão o aumento real de 5% (INPC +5%); aumento maior para os vales refeição e alimentação; e questões relacionadas à saúde, como, por exemplo, o acompanhamento dos bancários com sequelas da covid-19.

“A pauta de reivindicações das bancárias e bancários de todo Brasil foi aprovada na Conferência e nas assembleias de base, que hoje estão fazendo o lançamento oficial da Campanha Nacional, que visa renovar nossa Convenção Coletiva de Trabalho, que neste ano

completa 30 anos”, lembrou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando nacional dos Bancários, Juvandia Moreira.

“Entre as principais reivindicações está o aumento real, mas também um vale refeição e alimentação que dê para passar o mês, pois o que a gente tem hoje não está dando. A gente também quer discutir a saúde e condições de trabalho para os bancários, que sofre com esse problema da pressão das metas nas agências bancárias”, completou.

“A Consulta Nacional aos bancários apontou a importância do aumento real, reajuste do VA e VR, manutenção do emprego, fim das metas abusivas, cuidado e acompanhamento com a saúde do trabalhador, entre outros itens. A construção dessa minuta envolveu de forma coletiva os trabalhadores, que iniciou com as consultas, as conferências estaduais e nacional. E temos certeza de que a categoria está mobilizada e unida por melhores condições de trabalho”, disse presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo e também coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Ivone Silva.

Carestia

A presidenta da Contraf-CUT observou que muitas das reclamações dos bancários são facilmente perceptíveis quando se analisa a escalada da inflação e da carestia de preços no país. “Quando a gente olha a inflação, quando a gente olha o valor da cesta básica, a gente vê o quanto ela aumentou entre janeiro de 2020 até agora, abril de 2022. O que a gente ganha, com um salário mínimo não é suficiente. Todo o valor é gasto na compra de uma cesta básica. Mas, além da cesta básica a gente tem que dormir, se locomover, enfim, tem outros gastos que não fazem parte da cesta básica. As pessoas têm

outras necessidades”, disse.

“Tem muita gente morando na rua. São 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil. Não têm o que comer. Essa é a triste marca que o Brasil chegou, é o retrato do nosso país hoje, e isso precisa mudar!”, completou, ressaltando que a inflação e carestia também atingem os trabalhadores bancários e justificando que por isso é preciso que haja um aumento maior nos valores do VR e do VA dos bancários.

A categoria também pede a valorização dos vales refeição e alimentação no valor de um salário mínimo (R\$ 1.212,00).

Também definiram o piso com base no salário mínimo do Dieese (R\$ 6.535,40) e a PLR de três salários mais parcela fixa adicional de R\$ 12.887,04 reajustada pelo INPC com 5% de ganho real.

Principais reivindicações

Na pauta definida pela categoria destacam-se a reposição salarial e nas demais verbas com base na inflação do período entre 31 de agosto de 2021 e 1º de setembro de 2022 (INPC) mais 5% de aumento real. Veja outras reivindicações:

- Aumento maior para o VR e VA;
- Garantia dos empregos
- Manutenção da regra da PLR, atualizada pelo índice de reajuste;
- Fim das metas abusivas;
- Combate ao assédio moral;
- Acompanhamento e tratamento de bancários com sequelas da Covid-19.

Calendário de negociações

As negociações já começam na semana que vem. Veja abaixo o calendário de negociações.

Junho: 22 e 27

Julho: 6, 22 e 28

Agosto: 1, 3, 8, 11, 15, 18, 19, 20, 22, 23 e 24

Foto: Contraf-CUT

Fonte: Contraf-CUT

Campanha nacional pela revogação da reforma trabalhista será lançada no RS nesta 4ª

A partir das experiências que ocorrem em outros países, em que há um processo de revisão das reformas trabalhistas, a campanha propõe uma discussão sobre o que foi a reforma implantada no Brasil



Frente Nacional pela Revogação da Reforma Trabalhista promove nesta quarta-feira (22), às 14h, o lançamento da campanha nacional “Revoga Já!” no Rio Grande do Sul. Trata-se de um movimento pela revogação da reforma trabalhista, aprovada em 2017, no governo ilegítimo de Michel Temer (MDB).

O ato será realizado, de forma presencial, no auditório da APMPA, na Rua dos Andradas, 1234 – 8º andar (Edifício Santa Cruz), no centro de Porto Alegre.

Na abertura do evento haverá manifestações dos representantes das centrais sindicais.

A campanha foi lançada em âmbito nacional no dia 14 de maio, durante seminário realizado na sede da Faculdade de Direito da USP, em São Paulo.

A partir das experiências que ocorrem em outros países, como a Espanha, em que há um processo de revisão das reformas trabalhistas de cunho liberal aplicadas, a campanha propõe uma discussão sobre o que foi a reforma implantada no Brasil, a partir de 2017, após o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT).

Nenhum trabalhador sem direitos

“Além de não cumprir a promessa de geração de seis milhões de empregos, a Lei nº 13.647 manteve o desemprego em alta, retirou direitos trabalhistas, aumentou a precarização do trabalho e reduziu a renda da classe trabalhadora, causando fome, miséria e exclusão social”, afirma o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“A reforma trabalhista precisa ser revogada para resgatar a valorização e a dignidade do trabalho”, destaca o dirigente sindical.

Segundo os organizadores do movimento, a reforma trabalhista causou impactos negativos sob diversas perspectivas: jurídica, econômica, política e sindical. Há necessidade de apontar formas de reverter o quadro de degradação social que se formou com a aprovação da reforma.

A Frente Nacional pela Revogação da Reforma Trabalhista é formada por entidades sindicais, instituições públicas de pesquisa e grupos de advocacia trabalhista de todo o país.

Programação

14h: Abertura

14h30: A luta pela revogação dos marcos regressivos da reforma trabalhista

15h: Lançamento do Movimento pela Revogação da Reforma Trabalhista – Revoga Já!

Palestrantes:

Antônia Mara Loguércio, Associação dos Juizes para a Democracia (AJD)

Felipe Carmona, Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (AGETRA)

Tania Antunes, Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC)

Maria Cristina Carrion, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT)

Marcelo D’Ambroso, Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho.(IPEATRA)

15h30: Os impactos da reforma trabalhista nas relações de trabalho e na Justiça do Trabalho

Palestrantes:

Delaíde Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Tiago Mallman Sulzbach, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (AMATRA IV).

Fonte: CUT-RS com AGETRA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF